

Petrobras muda política e reduz transparência na definição de preços

Combustíveis Estatal anuncia estratégia comercial para diesel e gasolina e no mesmo dia reduz preços

Petrobras muda política e mantém incertezas

Kariny Leal, Fábio Couto e Felipe Laurence
Do Rio de São Paulo

A estratégia comercial para o diesel e a gasolina anunciada na terça-feira (16) pela Petrobras não representa mudanças imediatas na política de preços da companhia, mas deixa incertezas sobre os efeitos para a estatal a médio e longo prazos. O mercado recebeu as mudanças com certo alívio porque havia expectativa de uma volta aos tempos de maior intervenção, o que não se confirmou, pelo menos por enquanto. Resta saber como será a implementação da nova regra, sobretudo em cenário de alta do petróleo no mercado internacional, que poderia exigir da Petrobras aumentos nos preços dos combustíveis.

Uma amostra da reação dos investidores, ontem, esteve no comportamento das ações, que impulsionaram o Ibovespa, principal índice da B3. O papel preferencial fechou como a quarta maior alta do dia, com avanço de 2,49%, a ação ordinária subiu 2,24%, cotada a R\$ 29,20.

O anúncio da mudança veio antes das 8h em fato relevante ao mercado. Em linguagem pouco esclarecedora, a estatal informou que sua diretoria-executiva havia aprovado, na véspera, a estratégia comercial para definir, a partir de agora, os preços do diesel e da gasolina, em substituição à política em vigor nas refinarias. Desde 2016, a Petrobras aplica o preço de paridade de importação (PPI), que considera a variação do barril tipo Brent e da taxa de câmbio. Uma leitura de especialistas foi que a nova regra mantém critérios do PPI, mas inclui alternativas.

Horas depois, a empresa anun-

ciou redução de R\$ 0,44 por litro no preço médio de venda de diesel para as distribuidoras, o que corresponde a um corte de 12,8%. A gasolina caiu em R\$ 0,40 por litro, recuo de 12,6%. A Petrobras disse que os novos preços guardam relação com a nova estratégia comercial, embora fontes da empresa digam que não, uma vez que as novas cotações estavam definidas desde a semana passada.

"Há dúvidas sobre o que vai acontecer se houver escalada do petróleo"
Ilan Arbetman

No documento enviado à bolsa, a estatal disse que a nova estratégia comercial se apoia em dois elementos, que chamou de "custo alterado pelo cliente e valor marginal para a Petrobras". O custo alternativo do cliente vai contemplar particularidades como o perfil do comprador. Há quem considere que esse custo não seria do que versão do próprio PPI somado ao custo de insumos e valor marginal do produto. Esse aspecto considera ainda a substituição da gasolina pelo etanol por um cliente.

O valor marginal se baseia, por sua vez, nas palavras da Petrobras, no "custo de oportunidade das diversas alternativas para a companhia". Traduzindo: o valor marginal explora as vantagens comparativas da estatal. Um dos planos é cobrar preços diferentes por região. O objetivo da Petrobras neste ponto é assegurar vendas com margens positivas.

No comunicado, a Petrobras afirmou ainda que os reajustes continuarão sendo feitos sem periodicidade definida, evitando o repasse para os preços internos da volatilidade das cotações internacionais e da taxa de câmbio. É algo que o PPI também praticou na gestão anterior da companhia. A decisão sobre os reajustes continuará a cargo de um grupo formado pelo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, pelo diretor-executivo de logística, Claudio Schiesser, e pelo diretor financeiro, Sérgio Caetano Leite.

"Com a mudança, a Petrobras tem mais flexibilidade para praticar preços competitivos, se valendo de suas melhores condições de produção e logística e disputando mercado com outros atores que comercializam combustíveis no Brasil, como distribuidores e importadores", disse a estatal. Especialistas dizem que mesmo que o documento da Petrobras não cite diretamente o PPI, o formato ainda será considerado na formação de preços, mas sem a prioridade de antes. O Goldman Sachs destacou a ausência de critérios objetivos para a definição dos preços. Isso impede, na visão do banco, avaliação dos impactos nas finanças da estatal.

Segundo Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, os termos apresentados pela estatal são imprecisos: "O mercado se animou [ontem] porque não teve um cavalo de pau: não houve repasse de preços, não teve subsídio a preços de importação, não houve nada rígido, mas existem termos vagos que trazem mais assimetrias e podem causar distorções nos preços". Para o analista, agora há uma flexibilidade maior para que se pratiquem preços mais baixos, o que é facilitado pelo cenário atual, em que o Brent ronda os US\$ 70 por bar-

Reação do mercado

Papéis da Petrobras atingem as melhores cotações no ano - e R\$/ação



Variações ON

Em 2022	Em 2023	Nel dia
47,81%	15,46%	2,24%

Fonte: B3 e Valor FHO. Elaboração: Valor Data.

Variações PN

Em 2022	Em 2023	Nel dia
46,06%	20,42%	2,49%

ni. "A dúvida agora é quando os preços subirem, se haverá uma chance de arbitragem maior por parte dos pares que importam. Nós vamos entender melhor essa política quando o preço do Brent estiver volátil".

O UBS BB tem avaliação mais positiva das mudanças e pondera que a nova estratégia dá à Petrobras maior flexibilidade para o comitê gestor de preços, que é responsável pelos reajustes na diretoria. Os analistas afirmam que a empresa tem um intervalo onde pode precificar os combustíveis sem incorrer em perdas.

A Leggio Consultoria, especializada em petróleo, gás e energia renovável, diz que as mudanças deverão propiciar uma queda limitada de preços tanto no diesel como na gasolina. "As margens de refino no país estão entre 3% e 10%, limitando a capacidade da Petrobras de dar descontos em relação ao PPI. Além disso, as reduções não serão repassadas integralmente ao consumidor", dis-

se Marcus D'Elia, sócio da Leggio.

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) diz que a Petrobras não tem mais o domínio total do mercado, respondendo por 60% dos combustíveis vendidos no país. "A Petrobras tem liberdade de ter a própria política comercial, vai tratar clientes de forma diferente e terá mais liberdade, mas ela não diz que vai fugir do preço de mercado", diz Valéria Lima, diretora executiva de downstream do IBP. Acrescenta: "As questões não são totalmente técnicas, são políticas também. A Petrobras tenta endereçar a demanda do governo de sair do PPI, mas sem fugir de algum alinhamento com o mercado".

Fontes ligadas ao setor criticaram a nova política. Ressaltaram que a Petrobras ganhou a liberdade de poder determinar as próprias condições sobre os preços e com pouca transparência. Reforçaram que a sustentabilidade dos players privados é colocada em "xeque". Entre as

preocupações levantadas, está a situação das importadoras e das refinarias privadas, que podem perder espaço para competir. "Ficaremos com quase nenhum espaço para operadores privados no mercado", disse um dos interlocutores.

"A questão é saber se as refinarias privadas conseguem manter um mercado mínimo. Se a Petrobras avançar na produção e disponibilidade de produto, prejudica as refinarias privadas. Elas não terão para quem vender. Sem falar nos importadores." A insegurança paira sobre as companhias privadas, uma vez que agora a política de preços fica mais obscura. Outra fonte disse que a medida foi praticamente um "cheque em branco" para a Petrobras, e que ainda há dúvidas sobre como será operacionalizada a nova regra.

As questões jurídicas também foram levantadas. Para fonte do setor, a nova política não está detalhada. A adoção de preços diferenciados por cliente pode suscitar ações judiciais por consumidores que eventualmente enervem tratamento não isonômico, monopolista. Além disso, há risco de práticas de corrupção, já que não há transparência, a princípio, na formação de preços. "O compliance pode trabalhar".

A Lei das Estatais e o estatuto da própria companhia impedem que a Petrobras se descole tanto do que era feito. Segundo o advogado Rodrigo Jansen, especialista em óleo e gás, ainda que a estatal possa alterar o PPI, "ela não pode praticar preços que destoem do mercado".

"Exageros, portanto, poderão provocar ações de acionistas, órgãos de controle diante dos potenciais impactos na concorrência."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Empresas Caderno: B Página: 1